

ORDEM E PROGRESSO: IDEAIS REPUBLICANOS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA, NO PARANÁ



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

Ahead of Print

ORDER AND PROGRESS: REPUBLICAN IDEALS AND SCHOOL EDUCATION IN THE FIRST REPUBLIC, IN PARANÁ

Maria Elisabeth Blanck Miguel¹

RESUMO: Este artigo procura verificar como os ideais republicanos de Ordem e Progresso estiveram presentes na educação escolar primária, no período da Primeira República, no Paraná. Para isso foram consultadas as Mensagens dos Presidentes do Estado, no período de 1892 a 1930, apresentadas ao Congresso Legislativo e disponíveis na página do Arquivo Público do Paraná. Foram selecionadas apenas aquelas que abordavam a instrução escolar primária de modo mais específico, trazendo dados ou apontando ações. Considerando as contribuições de Carvalho (1990), Cury (1996), Wachowicz (1984), Nagle (2001), Souza (2009), Carvalho (1989), Araujo (2012) e Ianni (1989) buscou-se nas Mensagens, indicações de que o Estado incumbia a escola primária pública de passar aos alunos os ideais republicanos. Concluiu-se que até 1920, as Mensagens mostram ainda, questões que perpassaram a educação escolar no período provincial. Somente a partir de 1920, questões como a alfabetização, a nacionalização, a educação física dos alunos recebem uma atenção maior dos governantes. A alfabetização em um prazo menor de tempo, pode ser considerada como um indício de formação do cidadão para sua contribuição ao progresso da nação.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem e progresso. Educação na 1.^a República. Educação primária pública.

ABSTRACT: This article tries to verify how the republican ideals of Order and Progress were present in primary school education, during the First Republic period, in Paraná. For this purpose, the messages of the Presidents of the State were consulted from 1892 to 1930, presented to the Legislative Congress and are shown on the page of the Public Archive of Paraná. We selected

¹Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pesquisadora do CNPq²

only those that were addressed to the primary school instruction in a more specific way, bringing data or pointing actions. Considering the contributions of Carvalho (1990), Cury (1996), Wachowicz (1984), Nagle (2001), Souza (2009), Carvalho (1989), Araujo (2012) and Ianni (1989) that the State was the primary public school to pass on to the students the republican ideals. It is concluded that up to 1920, the Messages still show, questions that crossed the school education in the provincial period. It was only in the 1920s that issues such as literacy, nationalization, and physical education of the students received greater attention from the rulers. Literacy in a shorter period of time can be considered as an indicator of the formation of the citizen for his contribution to the progress of the nation.

KEYWORDS: Order and Progress; Education in the first Republic; Public primary education

A educação escolar na Primeira República recebeu como orientação, ideias inspiradas em correntes de pensamento externas ao País, que foram manifestadas nos discursos das autoridades, nas reformas educacionais, nos programas escolares e na simbologia presente nos livros escolares, no canto orfeônico, e demais atividades presentes na escola. Este artigo objetiva deter-se nas Mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná, tal como foram apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado. Para tanto, inicialmente nos apoiaremos nas explicações de José Murilo de Carvalho, ao analisar o modo como a simbologia foi representativa de tais ideias, na obra “A formação das almas – imaginário da República no Brasil” (1990):

Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século (CARVALHO, 1990, p.9).

Afirma na continuidade que, inicialmente tais ideologias permaneciam nos círculos fechados das elites, mas que, principalmente o jacobinismo, sob inspiração da Revolução Francesa, sentiu a necessidade de sair de seu espaço e atingir as classes populares, o que significava “o envolvimento popular na vida política.” (1990, p.10). Do mesmo modo, os seguidores do positivismo inspiraram ações em vários setores da vida social brasileira e, principalmente na educação escolar.

Cury, ao estudar a educação na primeira constituinte brasileira, afirma que “O país passava a contar com uma nova ordem jurídica contemplando o liberalismo, o federalismo, a divisão de poderes, os direitos civis plenos, a ampliação dos direitos políticos e o laicismo” (1996, p. 74-75).

Depois de estudar a correlação entre a Constituinte Republicana de 1890-1891 e a educação escolar, Cury conclui que, em relação à educação escolar, esta talvez tenha sido

[...] o único direito social insinuado no campo dos direitos civis. Mas, mesmo isto, com a hegemonia do liberalismo oligárquico, será ancorado na dimensão de *virtus*, própria do esforço individual de cada qual. Assim, não haverá educação obrigatória exatamente porque a oportunidade educacional será vista como demanda individual (CURY, 1996, p.79).

Vale lembrar ainda, que as leis referentes à educação escolar inspiradas pelo liberalismo, no Brasil, o eram apenas na lei (liberalismo literal) e não se realizavam na prática, dadas as reais condições materiais econômicas, políticas e sociais do País, o que foi denominado por Cury, como “liberalismo excludente” (1996, p.80).

Até 1920 aproximadamente, é possível afirmar que a finalidade da instrução primária pública era a de alfabetizar, o que significava, na maioria das vezes, dotar o cidadão

da capacidade de assinar seu nome para poder votar, atendendo ao objetivo político das oligarquias.

A partir daí, as novas classes que surgiam, a burguesia industrial e o proletariado viam na escola possibilidades de melhoria da população. Conforme Wachowicz (1984), a burguesia industrial percebia a escola como o instrumento capaz de tornar o homem minimamente instruído tornando-se assim, um trabalhador mais produtivo. A população passou a perceber a escola, como um meio de ascensão a melhores formas de vida social. Porém, já no final do Império, eram inúmeros os abaixo-assinados solicitando a construção de escolas para seus filhos, o que indica que, a percepção dessa instituição como necessária, já estava presente anteriormente.

A pretensão de levar a nação brasileira a buscar o progresso dentro da ordem estabelecida e, para isso, formar desde a escola primária, a consciência do homem trabalhador, conviveu com a inexistência de escolas para o povo, ou quando existentes, em péssimas condições; a formação insuficiente dos professores; a escassez de verbas para a educação e, sobretudo, a inadequação do pretendido pelas autoridades às reais condições nas quais vivia a grande maioria da população.

Pesquisadores que têm se dedicado a investigar o processo histórico de desenvolvimento da educação primária pública brasileira, apontam as condições nas quais a mesma se desenvolveu e os ideais de que eram portadoras. Penna, citado por Carvalho (1989) indica a tríplice base que daria sustentação à instrução primária pública na Primeira República: moral, higiênica e econômica. A esta base seriam acrescidas a alfabetização e a transmissão de alguns conhecimentos básicos, que comporiam a “educação integral”.

Nagle, na obra “Educação e sociedade na Primeira República” (2001), analisa a reforma paulista do ensino primário na década de 1920 apontando como seus objetivos principais, o combate ao analfabetismo e a difusão da escola primária “integral”. Tal proposta compreendia a redução para dois anos de escolaridade primária, pois se fazia urgente resolver a principal questão: dar instrução a todos, ou seja, alfabetizá-los. É pertinente lembrar a citação de Egas (1924) em Nagle (2001), segundo o qual, a

[...] instrução popular corre como dever republicano primacial (...). Dar instrução a alguns – continua a afirmar o presidente do Estado – e não dar a todos é profundamente injusto; é tratar com diferenças aos filhos, para os quais foi assentado o lema da igualdade; é criar o privilégio da instrução; é alimentar uma classe de instruídos ao lado de uma classe de ignorantes; é inconscientemente estabelecer a inferioridade de uns sobre os outros desde a meninice, e com isso fazer dominadores e servís, cidadãos ao lado de escravos, é tudo isso que não é democrático nem republicano. (EGAS, 1924 apud NAGLE, 2001, p. 267).

Não pretendemos nos ater às reformas estaduais referentes à educação no período da Primeira República, mas inicialmente, identificar em alguns discursos, registrados por pesquisadores que estudaram ou estudam a escola primária pública, como perceberam a pretensão das autoridades, em desenvolver nos alunos, os ideais republicanos por meio da educação, em um país recém saído do modo de produção pré-capitalista, pois até 1888, o Brasil desenvolveu sua economia, fundamentado na mão de obra escrava. Para a maioria da população formada por escravos e pobres, não se fazia necessária a escolaridade, até então.

No entanto, o início da industrialização criava novas necessidades: tratava-se de formar cidadãos higiênicos, trabalhadores e disciplinados, como bem apontou Carvalho (1989), ao estudar a formação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e sua proposta para a educação nacional. Para tal, a escola, ou seja, a educação primária era apontada como a solução.

Souza (2009) afirma que a educação era então considerada a responsável pelo atraso nacional.

A educação apontada como causa do atraso brasileiro foi advogada também como a solução para os problemas nacionais. Ela foi vista como elemento propulsor do desenvolvimento econômico-social e do progresso, instrumento indispensável para a consolidação do regime republicano e como meio para assegurar a ordem social e a democracia. Em suma, caberia à escola primária a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral – entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social (obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades), virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade. (SOUZA, 2009, p. 262)

Ainda, de acordo com a mesma autora,

[...] a construção desse destino comum rumo ao desenvolvimento implicava o enfrentamento do atraso sócio-cultural, incrustado nas características abomináveis do povo brasileiro, isto é, a mestiçagem [...] as características do caboclo - o caipira – estigmatizado pela indolência, a preguiça, e a inaptidão para o trabalho (SOUZA, 2009, p. 265).

Diante do objetivo de construção da nação republicana, a educação pública era chamada a servir de mediação nesse processo. No entanto, enquanto no discurso se fazia tal apelo, no aspecto legal, a República não tomou para si tal responsabilidade. A educação primária, bem como a formação de professores continuou enquanto responsabilidade dos estados, não alterando em nada, o já aprovado no Ato Adicional de 1834 que atribuía tal função às então províncias.

A educação republicana nas mensagens dos presidentes do Paraná (1890-1930)

O objetivo deste item é verificar como, nas Mensagens dos Presidentes do Paraná, se faziam presentes os ideais republicanos e se os mesmos estavam contemplados nas propostas da educação primária pública. Para isso, percorremos as Mensagens de governo ao Congresso Legislativo do Estado, no período de 1890 a 1930.

Araujo (2012) ao analisar as Mensagens dos presidentes de Minas Gerais, toma-as como uma forma de práticas sociais conjugadas ao pensamento político. Segundo este pesquisador,

Cabe, por conseguinte, compreender que tais Mensagens são expressão de prática social, e como tais manifestam um pensamento político e social, no caso republicano, em seu andamento no período de 1891 a 1930. E tais Mensagens, consideradas como discursos, revelam-se, por quatro décadas, como reveladoras de um sentido republicano e federativo. Através delas, o pensamento político – a um tempo utópico e real ante os problemas brasileiros de então – conjuga, de forma linguística, uma prática discursiva, porém a expressar uma estrutura social (ARAÚJO, 2012, p. 104)

Concordando com Araujo quando este afirma que as Mensagens manifestavam um pensamento político e social, buscamos conceituar tais discursos partindo de Ianni (1989) quando o mesmo estuda especialmente a formação do Estado brasileiro no período da industrialização e o considera resultado das mediações entre as classes sociais ali presentes. A partir desta conceituação consideramos as Mensagens como expressões das mediações entre classes sociais, presentes nos discursos dos governantes. Porém, consideramos também, que algumas vezes, tais discursos manifestavam as condições da população (que não ocupavam lugar no aparelho do Estado) e as reais condições das escolas públicas.

Nesta perspectiva passamos a analisar algumas Mensagens de governantes nos períodos nos quais estiveram à frente do governo do Estado, buscando identificar em tais fontes, a presença dos ideais republicanos relativos à educação primária pública. Cabe ressaltar que selecionamos somente as Mensagens que dedicaram espaços para a questão da educação pública.

Em relação a esse tipo de documento, concordamos ainda com Araujo, quando o mesmo afirma que “Em geral, revelam tais Mensagens explicitações ideológico-políticas e educacionais, relativamente à escola primária (2012, p.120)”. As Mensagens foram selecionadas quando faziam referência à educação escolar pública, de modo mais específico, trazendo dados ou apontando ações.

Em 04 de outubro de 1892, o governador do Estado, Francisco Xavier da Silva, em Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Paraná, refere-se rapidamente à situação da educação afirmando que, apesar do grande número de leis e regulamentos, a maior parte da população não sabia ler nem escrever. Aponta a “incapacidade de muitos professores, a incúria dos chefes de família, a ausência de fiscalização e a falta de escolas em zonas do interior distantes da população (Paraná, 1892, p. 16)” como as principais causas do atraso da instrução. Em seu discurso permanecem as mesmas referências que são feitas pela maioria das autoridades do período provincial em relação à educação e particularmente, às escolas, que são por ele, referidas como ensino. Não há ainda, em suas palavras, qualquer referência aos valores republicanos que a escola deveria passar.

Nesta Mensagem (1892), o governador Francisco Xavier da Silva informa que, “De acordo com a Lei nº 10 de 16 de Maio a construção da escola - 'Tiradentes' - ficou a cargo da sociedade propagadora da herva-matte a quem foi entregue a respectiva planta organizada pela Secretaria de Obras Publicas.”(PARANÁ, 1892, p. 9).

No segundo período de sua gestão, em Mensagem datada de 1895 e dirigida ao Congresso Legislativo, Xavier da Silva informa os dados quantitativos: 220 escolas, sendo 196 providas, e vagas 24. Comunica também existirem escolas nos locais com 20 meninos em idade escolar, queixando-se de que, contudo, o ensino não se generaliza e ainda afirma que o Estado possui “professorado relativamente numeroso” (PARANÁ, 1895, p.6). A respeito dos professores, dizia: “O bom mestre é o que sabe o que ensina, e que esforçadamente ensina o que sabe” (PARANÁ, 1895, p.6). E, ainda:

Digamos a verdade: na sua máxima parte os professores de cidades e villas, e todos os de povoados, apenas poderão ensinar à ler e escrever, as quatro principais operações arithmeticas, e alguma cousa mais. É pouco, por certo, mas antes esse pouco do que nada, pois, se fôramos á exigir que o magistério se composesse tão sómente de professores em todas as matérias do programmado ensino, as escolas se conservariam fechadas. (PARANÁ, 1895, p.6-7)

Refere-se também à Lei 136 de 31 de dezembro de 1894, que criou escolas em todas as localidades, inclusive povoados que contassem com mais de 20 meninos em idade de ir à escola. Informa que os professores eram pagos com o produto da taxa escolar. Conforme suas palavras:

Por sua parte, o Poder Executivo cuida de conservar providas todas as cadeiras creadas, e crear outras em povoados, cujos professores são subvencionados com o producto da taxa escolar, de que trata o artigo 2º das disposições permanentes da lei 124 de 21 de Dezembro do anno anterior, e nomea inspectores encarregados da fiscalização em cada districto. (PARANÁ, 1895, p.6)

No ano seguinte (01/10/1896), o governador José Pereira Santos Andrade, em Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, lamenta que o ensino primário não corresponda aos esforços feitos pelo Estado, em razão da indiferença da população à necessidade da instrução pública. Afirma também, não ser financeiramente viável, abrir escolas onde a população fosse rarefeita e ainda, que era necessário limitar o número de professores para frequentarem a Escola Normal, aconselhando que somente o

fizessem aqueles que houvessem provado “aptidão e vocação para o mesmo”. (PARANÁ, 1896, p. 05-06).

Durante a gestão de Santos Andrade, o mesmo continua em suas mensagens, a lamentar a ausência de progresso da instrução primária no Estado, apesar, segundo ele, dos esforços que o governo fazia.

Em 1900, Xavier da Silva assume novamente o governo. Em sua Mensagem de 01 de fevereiro de 1902 afirma que o ensino primário não apresentava o desenvolvimento esperado, não por falta de escolas, mas sim, pela ausência de bons mestres e pela insuficiência da fiscalização. Informa que “os grupos escolares têm provado bem. As suas vantagens sobre as escolas isoladas são intuitivas, sobressaindo entre ellas a da facilidade de fiscalização, que é constante, diária”. (PARANÁ, 1902, p.5). Aponta ainda, que os grupos escolares apresentavam outra vantagem: por constituírem-se como agrupamento de escolas, eram mais econômicos para os cofres do Estado.

Na Mensagem de Xavier da Silva de 01 de fevereiro de 1903, o Presidente do Estado comunica haver decretado a exoneração de 84 professores do ensino primário público, como medida para diminuição das despesas. No entanto, diz:

Devo, entretanto, confessar que o decreto não produziu o effeito que seria de desejar, e que era annular por completo o excesso da despesa; apenas minorou-lhe as proporções. Para se chegar àquelle resultado seria mister dispensar maior numero de professores, o que importaria a desorganisação do serviço, e iria, talvez, ferir direitos adquiridos. (PARANÁ, 1903, p. 5).

Na Mensagem está incluído o referido decreto composto por parágrafo único. Deste, faz parte o seguinte:

É uma verdade, já muitas vezes repetida, que, entre nós, o ensino publico, em geral, não é ministrado de conformidade com o programma regulamentar; mas, cumpro ponderar que, n'um meio como o nosso, em que não há, nem haverá tão cedo professores convenientemente preparados para regerem tantas cadeiras existentes, como prova o numero de normalistas, que não excede de 27, é imperiosa a necessidade de se sacrificar a intensidade do ensino à sua diffusão, ou, em outros termos, nas circunstancias expostas não podemos exigir que o professor seja versado em todas as disciplinas do Regulamento, pois, a ser assim, as escolas se conservariam fechadas em grande parte, e, para não chegarmos a este extremo, devemos nos limitar a exigir que elle saiba ensinar a ler e a escrever bem, com acerto, e as quatro operações fundamentaes da arithmetica: o joven que isso tem aprendido fica preparado para instruir-se pelo seu próprio esforço (PARANÁ, 1903, p. 5-6).

As medidas tomadas por Xavier da Silva que penalizaram o ensino primário público, foram atribuídas à pouca formação dos professores e justificadas pelas péssimas condições financeiras do Estado. A proposta para um número menor de alunos resumia-se a ensinar a ler e escrever e às quatro operações. Não havia nada que indicasse a presença, no ensino primário público, de novas ideias que apontassem uma nova orientação rumo à construção da nação republicana. Pelo contrário, diminuía-se o número de professores, enquanto na mesma Mensagem, Xavier da Silva afirmava o aumento do número de escolas primárias particulares, assim como o número dos alunos que as frequentavam.

Até 1918, as Mensagens em relação ao ensino primário público, continuam a dar conta de que o mesmo não progredia, pelas condições financeiras do Estado, pela deficiente formação dos professores e ainda, pela insatisfatória inspeção do ensino. No ano citado, 1918, por uma condição externa, ou seja, a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) aparece um item que até então estava ausente das Mensagens – o nacionalismo. Affonso Alves de Camargo, em 1º de fevereiro do citado ano, ao tratar do ensino público aborda a questão pregando a nacionalização do ensino, recomendando que todas as matérias fossem ministradas em língua portuguesa, mesmo nas escolas estrangeiras.

Na Mensagem de 01 de fevereiro de 1920, Affonso Alves de Camargo, afirma:

O ensino primário foi remodelado sob novos métodos e difundido com muito aproveitamento em todo o Estado, que hoje tem bastante diminuída a sua porcentagem de analfabetos com a organização de grupos escolares onde a instrução é ministrada pelo método analítico e com a criação de novas escolas isoladas, **ambulantes** e outras, nas colônias e bairros, subvencionadas pelos governos federal e estadual, as quais muito têm contribuído para a nacionalização do ensino. (PARANÁ, 1920, p.4)

Destacamos a palavra “ambulantes” referente ao ensino, porque na verdade, significava um mestre ambulante que percorria locais isolados onde havia alguma população escolar em condições de receber algum tipo de conhecimento, ou mais corretamente, aprender a ler e escrever. Depois, o mestre deslocava-se para outros lugares. Este era um tipo de professor, ou alguém que quisesse fazer tal trabalho, presente no interior do Brasil, no Período Imperial, que permaneceu na Primeira República e era oficialmente pago pelo governo, como comprovam as palavras de Camargo.

O Presidente Caetano Munhoz da Rocha, em 01 de fevereiro de 1921, em sua Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo relata as medidas tomadas a respeito do ensino público. Informa haver trazido de São Paulo para ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino, o professor Cesar Prieto Martinez, Diretor da Escola Normal de Pirassununga. A partir de então, foram realizadas palestras pedagógicas para os professores e diretores das escolas da capital e também, muitos diretores do interior foram chamados com o mesmo fim. Novos métodos de alfabetização foram comunicados aos docentes objetivando que tal processo quando implantado nas escolas, alfabetizassem os alunos em um ano. O mobiliário escolar havia sido encomendado e adquirido, estando já providas as escolas, em quase todos os municípios do Estado. Quanto à construção de grupos escolares, o Presidente solicitava a participação dos municípios.

Na Mensagem de Caetano Munhoz da Rocha, este demonstra satisfação com o estado da instrução pública no Paraná, manifesta que seu objetivo era de, no prazo de 2 ou 3 anos, erradicar o analfabetismo do Estado.

É muito possível que o Paraná, dotado de um aparelhamento escolar capaz de preencher inteiramente os seus fins, se liberte, por completo, do analfabetismo, dentro de dois ou três anos. O orçamento do Estado comporta, sem maiores sacrifícios, o aumento das verbas para manutenção das duzentas escolas necessárias a realização de tão patriótico objectivo. A dificuldade está no aparelhamento de professores em número suficiente para preencher as novas escolas (PARANÁ, 1925, p. 95).

Informa ainda, que muitos municípios do Estado possuem número significativo de escolas primárias e que

[...] toda a população de Curitiba, compreendida entre 7 e 14 anos, e mais os adultos que, tendo deixado de assistir a escola primária, procuram os cursos nocturnos, além das creanças de 5 e 6 anos, dos Jardins de Infância, frequentam os bancos escolares (PARANÁ, 1925, p. 95).

Em 1930, Affonso Alves de Camargo, em sua Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, informa que: “Attendendo ao pátrio apelo do Governo Federal, deu-se, grande incremento á educação phísica nas escolas, designando-se para o seu ensino, um professor para cada estabelecimento da capital” (PARANÁ, 1930, p. 31). É a primeira vez que aparece em uma Mensagem de Presidente do Estado do Paraná, a questão da educação

física, importante no final da Primeira República.

Considerações finais

Buscando encontrar referências aos ideais republicanos, procedemos à leitura de todas as Mensagens dos Presidentes do Paraná referentes ao período da Primeira República, de 1890 a 1930, disponíveis na página do Arquivo Público do Paraná.

Podemos apontar como a principal preocupação dos governantes, de modo geral, a alfabetização escolar. No entanto, na maioria dos documentos, está implícita a ideia de que o desenvolvimento do Estado deveria transcorrer de modo disciplinado e, para tal, a educação escolar seria uma das formas de contribuição.

Alguns governantes demonstram maior conhecimento da questão da educação primária pública. Esses, apontam ou descrevem medidas tomadas no sentido de implementá-la, como é o caso de Caetano Munhoz da Rocha, já em 1921. Affonso Alves de Camargo, em 1918, aponta medida para implementar a educação física nas escolas. Esta será uma característica da escola no período do governo de Getúlio Vargas, ou seja, após a chamada Revolução de 30, mas que já está presente uma década antes. Ainda, aparece em sua Mensagem, a questão da nacionalização das e nas escolas primárias, questão que foi importante na educação escolar do Estado, principalmente nas escolas de estrangeiros fechadas pelo Decreto de Nacionalização, em 1938.

Nos documentos de governo consultados é possível perceber que os discursos se aproximam de ideais de progresso dentro da ordem, no que se refere à educação escolar primária paranaense, nos anos finais da Primeira República. No período após a proclamação da República até 1920, os governantes tratam de questões que atravessaram o Paraná provincial, tais como a rarefação da população, a precariedade da instrução pública, a insuficiente formação dos professores e a também insuficiente inspeção escolar. Estes problemas se inseriam no modo de produção da vida material à base da erva mate e extração da madeira. Mesmo que a extração, beneficiamento e comércio do mate, considerado por alguns historiadores como um tipo de industrialização, esta não foi suficiente para gerar a necessidade de população escolarizada, que só surgiria com o avanço da cultura cafeeira e com a ocupação populacional do Estado. Ainda, no campo político, prevaleciam as oligarquias rurais e a educação escolar só seria considerada pelo Estado como uma necessidade, quando esta viesse a contribuir para a formação do homem trabalhador, sadio, disciplinado e ordeiro.

Notas

²Conforme original

³Esses abaixo-assinados, no caso do Paraná, são encontrados no Arquivo Público do Estado.

⁴Aspas no original.

⁵Conforme original.

⁶Sobre o início do processo de industrialização no Brasil no século XX (transformação do capital agrícola do café em capital financeiro e suas consequências econômicas, políticas e sociais, consultar Ianni (Estado e capitalismo. 1989). Em relação às consequências desse processo para a educação, ver Nagle, (Educação e sociedade na Primeira República, 2001).

⁷Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>
Acesso: 26/05/2017.

⁸Governou o Paraná no período de 25/02/1892 (?) a 12/04/1893 e em uma segunda gestão, no período

de maio/junho de 1894 a 25/02/1896. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Acesso em 24/05/2017.

⁹Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Acesso em 21/05/2017

¹⁰Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Acesso: 26/05/2017

¹¹José Pereira Santos Andrade esteve à frente do governo no período de 25 de fevereiro de 1896 a 03 de abril de 1899 (?) e de 10/05/1899 (?) a 25/02/1900. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42> Acesso em 24/05/2017.

¹²Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1896_p.pdf Acesso: 24/05/2017.

¹³ Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1902_p.pdf. Acesso em 29/05/2017.

¹⁴ http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1903_p.pdf Acesso em 29/05/2017.

¹⁵Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1920_p.pdf. Acesso:29/05/2017

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1921_p.pdf. Acesso em 29/05/2017.

¹⁸http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1921_p.pdf Acesso em 29/05/2017.

¹⁹http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1921_p.pdf Acesso em 29/05/2017.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, J.C.S. Republicanismo e escola primária nas Mensagens dos Presidentes de Estado de Minas Gerais (p.100-150). In: ARAUJO, J.C.S.; SOUZA, R.F.; PINTO, R.N. **Escola Primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma educação comparada. Araraquara/SP: Junqueira e Marin, 2012.
- CARVALHO, J.M. **A formação das almas o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CURY, C.R.J. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. (p. 69 -107). In FÁVERO, O. (org). **A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988.** Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU, 1974.
- SOUZA, R.F. **Alicerces da Pátria. História da escola primária no Estado de São Paulo (1890 -1976).** Campinas/SP: Mercado das Letras, 2009.
- WACHOWICZ, L. A. **Relação Professor- Estado no Paraná tradicional.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

Fontes

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Mensagens de Governo.
<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>

Recebido em: 04/02/ 2017

Aprovado em: 19/10/2017